

Evandro Gueiros Leite

Conflitos Intercontextuais de Processo

Prevalência das normas
processuais genéricas

2ª edição
Revista, atualizada e ampliada



EDITORA
KIRON

CONFLITOS INTERCONTEXTUAIS DE PROCESSO
PREVALÊNCIA DAS NORMAS PROCESSUAIS GENÉRICAS

© Todos os direitos reservados

Todo conteúdo presente nesta obra é
de inteira responsabilidade do autor.

Autor

Evandro Gueiros Leite

Revisão

Editora Kiron

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Editora Kiron

Criação e Editoração Eletrônica da Capa

Editora Kiron

Impressão e Acabamento

Editora Kiron

www.editorakiron.com.br

L5332

Leite, Evandro Gueiros

Conflitos intercontextuais de processo: prevalência das normas processuais
genéricas; Evandro Gueiros Leite. Brasília: Editora Kiron, 2014.

484 p. : 21 cm

ISBN 978-85-8113-373-7

1. Direito Processual Civil. 2. Normas Processuais. 3. Constituição.
4. Jurisprudência. 5. Legislação. I. Título. II. Evandro Gueiros Leite

CDU 347

SUMÁRIO

EPÍGRAFE: A HERMENÊUTICA DE CELSO

- 65 -

1. O Direito como um todo orgânico e o sistema jurídico. 2. A Ciência do Direito, como fonte por excelência da solução dos problemas jurídicos. 3. Conflitos de lei e as soluções convencionais das leis no tempo e no espaço 4. Conflitos intercontextuais de processo e o terceiro gênero solutório 5. Normas processuais de *sobredireito*. 6. Objetivos da Tese.

CAPÍTULO 1

Sobre a primeira edição da tese

- 67 -

7. Tese escrita em 1963 depois da unificação do Direito Processual Civil em caráter nacional por lei geral codificada de 1939. 8. Competência da União Federal para legislar sobre processo (CPC/39, arts. 1º e 1.049). 9. Prevalência sobre as leis locais dos Estados, Distrito Federal e Territórios, de organização judiciária e regimentos internos dos tribunais. 10. Transição: conflitos entre competências concorrentes e as normas de adequação.

Capítulo 1 (i)

- 68 -

11. Revogação de todas as leis de processo anteriores ao Código/39. 12. Leis remanescentes aplicáveis aos feitos

pendentes não regulados pelo Código, não revogadas ou derogadas ou que só o foram em parte. 13. Híbridismo legislativo como fonte de conflitos entre leis especiais remanescentes e o Código. 14. Conflitos e sua projeção para o futuro. 15. Conflitos entre a legislação ordinária processual e as leis complementares ou modificativas do Código sobre matérias a que se quisesse dar disciplina peculiar: desapropriações, falências, executivos fiscais e outras.

Capítulo 1 (ii)

- 68 -

16. Aplicação do Direito e o equilíbrio entre normas processuais antinômicas. 17. Conflitos e solução dos conflitos. 18. Reflexos sobre a estrutura do sistema. 19. Ponderação de Bobbio sobre a autodefesa do sistema através dos critérios solutórios convencionais. 19-a. Inoperância desses critérios. 20. Terceira via de conflitos entre textos de contextos diversos. 21. Solução pelo emprego das *normas processuais de sobredireito*. 22. Opinião de Galeno Lacerda sobre “o capítulo mais importante de um código de processo e sua aplicação aos conflitos de uma lei com outra lei e também entre textos de uma mesma lei.”

CAPÍTULO 2

Normas processuais de sobredireito e de superação dos conflitos

- 70 -

23. Preceitos paradigmáticos que se sobrepõem aos demais como normas maiores, superiores, de efetiva aplicação. 24. Critérios tradicionais criados para a solução dos conflitos

de leis em determinado ordenamento jurídico. 25. Critérios cronológicos, hierárquicos, da especialidade, da interpretação sistemática, do *jus novum* e da proporcionalidade, sobre a prevalência apenas do que não for incompatível entre as leis.

CAPÍTULO 3

Nulidades processuais: problemas e soluções

- 72 -

26. Segunda hipótese de conflitos entre textos processuais da mesma lei. 27. Galeno e a sistematização da teoria das nulidades desenvolvida em 1953. 28. Aplicação das normas processuais próprias, de *sobredireito*. 29. Relativização de nulidades processuais. 30. Normas que se sobrepõem a disposições inferiores e eliminam-lhes os efeitos. 31. Princípio da *finalidade* da norma e dos textos relativizantes de nulidades processuais. 32. Textos que ordenam ao juiz considerar válido o ato que atinja seu objetivo (CPC/73, arts. 244, 154, 249 § 2º e 250). 33. Preservação no novo código de processo civil.

CAPÍTULO 4

Correção do excessivo formalismo processual

- 74 -

34. Imperiosidade da correção dentro do sistema sem subvertê-lo. 35. Nova categoria de normas que sufragam em si mesmas valores superiores e até mesmo supremos. 36. Normas relativizadoras das nulidades processuais. 37. Nulidade absoluta e nulidade relativa. 38. Norma transgredida de natureza cogente e de interesse predominantemente público. 39. Norma violada de natureza cogente tutelar de interesse predominantemente subjetivo. 40. Abstrações teó-

ricas de ortodoxia discutível e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO 5

Constituição Federal: repositório de *sobredireito*

- 78 -

41. Constituição: repositório de *sobredireito*. 42. Leis ordinárias ou complementares, elenco dos direitos. 43. Conflito entre a Lei Maior e normas menores de leis diferentes. 44. Constituição: continente a que se têm de ajustar, por cabimento necessário, todas as leis e o próprio Direito. 45. Normas que não existem contra a Constituição nem desajustadas dela. 46. A Lei de Falências e suas normas. 47. Lei fora da moldura. 48. Tema fundamental da Tese posto em prática.

CAPÍTULO 6

A unificação do Direito Processual Civil e os conflitos de leis

- 80 -

49. Conflitos do CPC/39 com leis locais de organização judiciária e regimentos internos dos tribunais. 50. Soluções judiciais. 51. Pontes de Miranda e a aplicação das *normas processuais de *sobredireito**. 52. Importância do uso da expressão *sobredireito*. 53. Regras de aplicação no Direito Internacional Privado e as questões processuais: denominação generalizada dessas regras: *Überhetch*, *surdroit*, *jus suprajura*.

CAPÍTULO 7

Conflitos intercontextuais de processo

- 82 -

54. Denominação específica e as lacunas do reconhecimento. 55. Problemas da penumbra terminológica. 56. Solução dos conflitos. 57. Aplicação das *normas processuais de sobredireito* e os valores superiores às regras processuais inconsistentes. 58. Descoberta de Pontes adotada na Tese. 59. Normas de metalinguagem e a linguagem legal. 60. Normas que apresentam postulados fundamentais de direito público. 61. Hermenêutica e interpretação. 62. Direito intertemporal e direito dos conflitos interestaduais.

CAPÍTULO 8

Prevalência das normas processuais civis genéricas

- 83 -

63. Excepcional predominância da norma processual geral: o Código. 64. Critério da *especialidade* previsto na LICC: “a lei especial revoga a geral.” 65. Relatividade desse princípio se a norma geral tiver maior relevância jurídica. 66. Normas gerais de *metacritérios* destinadas à solução de antinomias para as quais sejam inoperantes os critérios convencionais.

CAPÍTULO 9

LICC – Lei de Introdução ao Código Civil

- 84 -

67. LICC, que contém lei sobre leis. 68. Prescrições ao intérprete e ao aplicador em situações conflitivas. 69. Conte-

údo das regras de aplicação do DIP. 70. Influência advinda desse ramo do Direito na composição dos conflitos na esfera do direito privado e do direito público. 71. Pontes de Miranda e a orientação de Ernest Zitelmann em 1934. 72. Influência do DIP na composição de conflitos através do sobredireito processual. 73. Novo gênero de conflitos que se assemelham mas não se confundem com os conflitos *interespaciais* e *intertemporais*. 74. Prevalência de regras de um estado soberano sobre outro estado soberano e através do fenômeno da incidência para dizer-se qual a lei que incidiu, se a anterior ou a posterior.

CAPÍTULO 10

Formalismo *valorativo* e formalismo *excessivo*.

- 86 -

75. Formalismo *valorativo* e formalismo *excessivo* e o ativismo judicial positivo. 76. Aplicação das normas de *sobredireito* do Código. 77. Dogmas processuais conservadores e imutáveis e a autoterapia das nulidades. 78. Galeno e a adaptação analógica inspirada em Zitelmann. 79. Solução das nulidades processuais. 80. Anexo I: *Ativismo Judicial* e o complemento em 1991 das reflexões da Tese.

CAPÍTULO 11

Reforma do CPC/73. Metas da Comissão de Juristas

- 89 -

81. Redução das formalidades excessivas. 82. Aplicação ao caso concreto pelo juiz-artesão dos instrumentos processuais disponíveis. 83. Transposição das nulidades processuais e dos conflitos. 84. Critério protagonizado por Ga-

leno e recomendado por Capelletti. 85. Atuação das *normas de sobredireito processual*. 86. Juiz como figura central do processo e Juiz não abstrato mas pragmático em suas intervenções. 87. Juiz que não apenas corrige, mas previne e programa reflexivamente a busca de soluções. 88. Anexo II, 1986.

CAPÍTULO 12

Conflitos de normas processuais civis

- 92 -

89. Temática da Tese. 90. Conflito intercontextual em processo de falência: solução. 91. Aplicação das *normas de sobredireito processual*. 92. Decisão do juiz concessiva de arrendamento de imóvel da falida. 93. Reativamento da indústria e melhoria da moeda da quebra. 94. Requerimento do maior credor e adquirente das máquinas da indústria instaladas no imóvel. 95. *Reclamação regimental* do falido. 96. Conselho de Justiça, órgão censório do Tribunal local. 97. Agravo de instrumento do art. 842-XVII, CPC/39. 98. Sua aplicação subsidiária aos processos de falência.

Capítulo 12 (i)

- 92 -

99. *Reclamação* provida pelo Tribunal de Justiça do Estado. 100. Recurso extraordinário. 101. Cabimento de *reclamação* ao invés do agravo. 102. Manutenção pelo STF do acórdão na *reclamação*. 103. Aplicação de norma regimental. 104. Incidência de lei federal. 105. Aplicação do art. 1.049 do CPC/39. 106. Norma processual de *sobredireito* e lei local. 107. Critério da “lei mais fraca e a superioridade

de mais forte.” 108. Necessidade do deslinde judicial na instância maior.

CAPÍTULO 13

Desdobramento do conflito entre a lei de falências e a lei geral codificada

- 95 -

109. Inadmissão pelo STF da aplicação subsidiária do agravo de instrumento. 110. Recurso não abrangente da hipótese de arrendamento de bens da massa. 111. *Reclamação regimental* acolhida como recurso no plano federal fora do sistema. 112. Descabimento da fungibilidade processual. 113. Hipótese de aplicação subsidiária do art. 842 *caput* do CPC/39. 114. *Lei* é qualquer lei em vigor pertinente a recurso. 115. Lei processual federal, uma em todo o País.

CAPÍTULO 14

Normas processuais civis de sobredireito

- 97 -

116. Interpretação do art. 1º do CPC/39. 117. “O processo civil e comercial em todo o território brasileiro reger-se-á por este Código, salvo o dos feitos por ele não regulados, que constituam objeto de lei especial.” 118. LICC, art. 2º, § 2º. 119. “A lei nova [Código] que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes não revoga nem modifica a lei anterior.” 120. Conflitos aparentes. 121. Conflito intercontextual entre regras de contextos distintos. 122. Oposição ou incompatibilidade de um texto com outro texto. 123. Tese, edição anterior, p. 11, nota 62.

Capítulo 14 (i)

- 100 -

124. Art. 1.049, CPC/39. 125. “As leis de organização judiciária e os regimentos internos dos Tribunais adaptar-se-ão às disposições deste Código, que sobre umas e outros prevalecerá.” 126. Art. 1.049, CPC/39: finalidade que lhe quis dar o legislador. 127. Alargamento da área de aplicação subsidiária do art. 842-XVII dentro do espírito do Código. 128. Aplicação supletiva do CPC aos processos de quebra quando a lei especial for omissa. 129. Tese, edição anterior pp. 48/54. 130. STF e a permissibilidade no processo de falência de recurso do CPC. 131. Jurisprudência favorável à permissibilidade. 132. Tese, edição anterior, Capítulo VI, pp. 55/70.

Capítulo 14 (ii)

- 100 -

133. Situações conflituais idênticas à da Tese. 134. Solução dos conflitos pela prevalência do art. 838 do CPC/39 sobre o art. 27 e parágrafo único da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal. 135. Julgado da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Apelação. 136. Casos relacionados na edição anterior da Tese: índice de jurisprudência, p. 64: referência de Pontes aos arts. 1º e 1.049 do CPC/39 (“regras sobre regras”).

CAPÍTULO 15

Representação gráfica do *sobredireito*.

- 102 -

137. *Sobredireito*: significado em outros idiomas de regras mais altas e de *sobreprincípios* pertinentes aos conflitos

de princípios jurídicos. 138. Segurança e confiança no âmbito constitucional. 139. Os princípios e o recebimento de positividade. 140. Concepção na Tese dos princípios científicos. 141. Princípios processuais que inspiram as normas de direito objetivo processual. 142. Proteção dos direitos propriamente formais: ação, exceção, recurso.

CAPÍTULO 16

Sobredireito processual: origens.

Ciência dos conflitos de leis

- 103 -

143. Direito Internacional Privado – DIP. 144. Composição dos conflitos na esfera do direito privado. 145. Influência do *sobredireito processual* na composição dos conflitos de direito público. 146. Doutrina de Ernest Zitelmann e Pontes de Miranda. 147. A LICC e as regras de aplicação do DIP. 148. A LICC e sua aplicação também às relações jurídicas processuais. 149. Atualização dos trabalhos da Tese à realidade dos conflitos e além dos convencionais.

CAPÍTULO 17

Relativização das nulidades processuais e o fetichismo das formas

- 105 -

150. Fenômeno das *formas residuais* que ainda resistem apesar da perda de sentido. 151. Manutenção das formas *valorativas* de finalidade e que sirvam de garantia às partes. 152. Conflitos *intercontextuais* e as origens dessa terminologia.

CAPÍTULO 18

Incidências do sobredireito processual

- 106 -

153. O art. 462 do CPC/73. 154. Direito superveniente que atinge o mérito da causa e influi no julgamento da lide. 155. Espírito consumptivo da *litis contestatio*: sua rígida imutabilidade formal e a presteza de sua eliminação nos litígios. 156. Sem razão acórdão isolado da 2ª Turma do STJ na Medida Cautelar nº 5895. 157. Correspondência ao art. 480 do Novo CPC, PL 8046/2010.

Capítulo 18 (i)

- 111 -

158. Relativização da coisa julgada sob o ângulo de sua eficácia (CPC/73, art. 475). 159. Casos de desconstituição da sentença. 160. Reserva legal e intervenção legislativa (CPC, art.485). 161. Descabimento da relativização por medidas provisórias ou nas ações constitucionais. 162. Exceções. 163 (1) Na execução por título judicial fundado em lei ou ato normativo declarado inconstitucional pelo STF. 164. (2) Nos embargos à execução contra a Fazenda Nacional. 165. Medida Provisória 2.280/35/05. 166. No CPC/73, arts. 475-L, § 1º, e 741, parágrafo único. 167. (3) Nas relações jurídicas continuativas e progressivas. 168. Observações.

Capítulo 18 (ii)

- 112 -

169. Sentença exequenda que contiver, explícita ou implícita, cláusula de modificabilidade ou *rebus sic stanti-*

bus e alteração do estado de fato da lide. 170. (4) “Coisa julgada parcial” na sistemática dos recursos em que os capítulos recorridos são devolvidos e os não recorridos transitam em julgado formal e materialmente. 171. (5) Quando o trânsito em julgado depender do conteúdo da decisão em questões de *ordem pública* e operar o efeito translativo do recurso. 172. Imposição ao juízo *ad quem* do conhecimento de ofício a cujo respeito não opera a preclusão. 173. Ponto de vista da Tese derivado de Zitelmann e de Pontes e aperfeiçoado por Galeno. 174 Sobre a função da coisa julgada na “pacificação dos conflitos.” 175. Ponto de vista dos que sustentam que “não deve ser analisada a coisa julgada como sinônimo de imutabilidade perene e em momento único.”

CAPÍTULO 19

O STF e a oscilação da jurisprudência

- 113 -

176. Intangibilidade da coisa julgada. 177. A Constituição e as normas infraconstitucionais. 178. Rescisórias e revisões criminais. 179. Hipóteses excepcionais em convergência com a doutrina. 180. Coisa julgada material, instituto de valor relativo. 181. Entrega da tutela jurisdicional: mais prática e mais rápida. 182. Desmitificação da doutrina tradicional. 183. STF-Pleno, SL 172, AgR/PR. 184. Relativização pela metade na reforma parcial da decisão recorrida. 185. “Fórmula provisória,” proteção do Erário e limitação dos pagamentos. 186. Destino da parte incontroversa da execução e sua fixação pericial no juízo *a quo*.

CAPÍTULO 20

Orientação do Superior Tribunal de Justiça

- 116 -

187. Relativização da coisa julgada material em situações extraordinárias. 188. Sentenças nulas ou inexistentes. 189. Acolhimento das hipóteses pertinentes à aplicação do art. 741, parágrafo único, do CPC. 190. Arbítrio tolerado. 191. Descabimento da relativização das sentenças não alcançadas pelo art. 741. 192. Trânsito em julgado anterior à vigência da norma. 193. Tendência da Corte. 194. Uniformização das decisões em torno do tema a partir da sentença exequenda transitada em julgado. 195. Juros moratórios não incluídos em precatório complementar. 196. Impossibilidade de discutir juros após a preclusão máxima.

Capítulo 20 (i)

- 116 -

197. O STJ, as normas de *sobredireito* e a relativização da coisa julgada material. 198. Artigos 591, 592 e 596 do CPC. 199. Responsabilidade executória *primária*: bens do devedor. 200. A dívida como obrigação e objeto do direito material. 201. Responsabilidade executória *secundária*. 202. Substituição do devedor que não disponha de bens. 203. Sócio de sociedade devedora. 204. Noção processual dos arts. 592-II e 596/CPC. 205. Teoria de Brinz “da revisão do conceito binário de obrigação em dois elementos, unidos mas suscetíveis de separação”. 206. Direito sem ação e dívida sem responsabilidade.

CAPÍTULO 21

Tendências e desencontros.

- 120 -

207. Sentença válida não transitada em julgado. 208. Duplo grau de jurisdição (CPC, art. 475-I; PL 8046/2010, art. 483-I). 209. Ficção jurídica. 210. Recurso de efeito translativo. 211. Questões de ordem pública e preclusão. 212. Arts. 515 §§ 1º/3º e 516 do CPC. 213. Garantia da entrega da prestação jurisdicional com *status* de intangibilidade. 214. Relativização da garantia e o art. 485 do CPC. 215. Sentença de mérito transitada em julgado: desconstituição e re-julgamento. 216. Fundamento político-jurídico de limitação aconselhável da coisa julgada. 217. Injustiça material na ação contrária à execução pelos embargos do devedor. 218. Art. 788 do CPC/39, objeto da Tese. 219. Relativização permitida por remédio processual constitucional. 220. Pontes de Miranda no plano do *sobredireito*.

CAPÍTULO 22

A Tese e sua atualidade científica

- 124 -

221. Estudo da prevalência das normas processuais civis genéricas sobre as normas processuais especiais e de organização judiciária. 222. Relação das normas processuais civis: códigos de processo civil e leis especiais. 223. Textos ou contextos dos princípios específicos sobre determinadas matérias. 224. Prevalência de princípios contidos em qualquer dessas normas. 225. Suposta existência de conflito de leis entre contextos legislativos. 226. Conflitos capazes de levar à impossibilidade ou à perplexidade quando não dirimidos.

227. Sistema geral de direito: que inspira e disciplina tanto os contextos genéricos como os específicos.

CAPÍTULO 23

Conflitos: problemática, classificação e critérios solutórios.

- 126 -

228. Situações que solapam a segurança jurídica. 229. Interface conflituosa com *sobreprincípios* de proteção e segurança em áreas jurídicas sensíveis e disputadas. 230. Na Tese é sempre a regra de um contexto distinto que se opõe ou entra em conflito com a regra de outro contexto também distinto. 231. Conflitos intercontextuais de processo. 232. Conflitos existentes num mesmo repositório de leis, num mesmo Código. 233. Conflitos intertextuais entre textos dum mesmo contexto. 234. Problemática e solução. 235. Prevalência ou predominância do verdadeiro sentido da *mens legis* ou “lei da prevalência do sistema.” 236. Conciliação dos textos. 237. Se o sistema diz não e o texto diz sim. 238. Ajuste do texto ao contexto, o espírito à letra e à terapêutica jurídica. 239. Solução, em geral, dos problemas pela predominância do específico sobre o genérico ao contrário do que ocorre nos conflitos *intertextuais*.

Capítulo 23 (i)

- 127 -

240. Conflitos intercontextuais que se resolvem, em geral, pela predominância do específico sobre o genérico. 241. Ênfase da cláusula adverbial. 242. Exceções à regra. 243. Estudo sobre a exceção quanto ao princípio geral. 244. Preva-

lência sobre o específico pela natureza especial do caso. 245. Classificação prévia dos conflitos intercontextuais. 246. Divisão: conflitos intercontextuais maiores e intercontextuais menores. 247. *Introdução* à Tese: edição anterior páginas 13/15. 248. Linhas gerais da sistemática desses conflitos. 249. Teor de sua problemática e o desafiar a aplicação da lei. 250. Unidade da interpretação do direito na fixação de uma jurisprudência fiel. 251. “...*divinarum atque humanarum rerum notitia justi atque injusti scientia.*”

CAPÍTULO 24

Normas processuais civis

- 133 -

252. As normas processuais civis e as normas de direito material. 253. Regras de conduta e mandamentos. 254. Normas processuais de *garantia* do cumprimento ou da execução dos direitos subjetivos materiais. 255. Normas instrumentais continentes que se enchem com a dinâmica do direito material a que visam garantir.

CAPÍTULO 25

Código de Processo Civil e princípios processuais civis

- 138 -

256. Princípios processuais civis como normas jurídicas científicas. 257. Lei como regra jurídica genérica, geral ou comum, na definição que se lhe atribui. 258. Direito-ciência e lei editada pelo Estado. 259. Leis em sentido filosófico e sua relação constante e necessária. 260. Lei como mandamento em cada um dos seus textos e no conjunto de suas prescrições.

CAPÍTULO 26

Normas ditadas pelo Estado

- 141 -

261. Normas ditadas pelo Estado. 262. Normas de *sobre-direito* e sua abrangência. 263. Regras sobre fontes e exegeses. 264. Normas que se distinguem das regras de direito substanciais criadoras imediatas de situações jurídicas. 265. Normas sobre a aplicação de outras normas: disposições finais e transitórias: normas de adequação. 266. Vigência em todo o território brasileiro. 267. Efeitos imediatos e prospectivos (*facta pendentia*).

Capítulo 26 (i)

- 142 -

268. Código de Processo Civil e Comercial de 1939. 269. Pluralidade das leis processuais. 270. Males da variedade jurisprudencial. 271. Passagem dos mesmos preceitos legislativos por judicaturas autônomas. 272. Aplicações dissidentes. 273. A jurisprudência como fruto de aglomerados caóticos e de antagonismos irreduzíveis. 274. Jurisprudência incerta e repertórios de julgados sem iteração nem uniformidade. 275. Ruy Barbosa, precursor da ideia unitarista.

CAPÍTULO 27

Jurisprudência fiel.

- 144 -

276. Obediência ao princípio da proporcionalidade como limite à discricção do julgador. 277. Interpretação em face da letra fria da lei e diante do caso concreto. 278. Apon-

tamentos legislativos de uniformização e racionalização das decisões. 279. Decisões distintas sobre as mesmas questões jurídicas nos juízes inferiores. 280. Garantia de maior celeridade nos julgamentos. 281. Julgamentos repetitivos, súmula vinculante, repercussão geral das questões constitucionais. 282. Símile aperfeiçoado da antiga *relevância* da questão federal. 283. Anexo IV.

CAPÍTULO 28

Leis especiais de processo civil

- 146 -

284. Códigos que compendiam as normas genéricas do processo. 285. Fontes principais do Direito Processual Civil. 286. Leis, cânones e códigos específicos, fontes especiais. 287. Leis no plano da legislação ordinária: extravagantes, complementares ou modificativas do Código. 288. Leis especiais que regulam particularmente determinada matéria a que se quis dar uma disciplina peculiar. 289. Situação nova ou diferente da situação geral, permanente ou temporariamente. 290. O legislador e a fuga das codificações. 291. Objetivo de rapidez, de proteção deliberada de prioridades ou preferências.

Capítulo 28 (i)

- 146 -

292. Edições explícitas de leis especiais vigentes. 293. Concomitância com a lei geral (Código). 294. Disposições gerais ou especiais que não revogam nem modificam, a par das já existentes, os princípios genéricos que persistem e subsistem com elas (LICC, arg. do art. 2º, § 2º). 295. Lei da

prevalência do sistema. 296. Emprego da palavra *lei* no sentido epistemológico de relação constante e necessária. 297. Especialidade de certas leis. 298. Advento do Código de Processo Civil unitário. 299. Indagações sobre a permanência ou vigência dessas leis. 300. Leis especiais federais que não se quis revogadas: ressalva do CPC/39, art. 1º. 301. As normas estaduais e o art. 1.049 do CPC/39.

CAPÍTULO 29

Normas processuais genéricas: compendiamiento.

Francisco Campos e a Exposição de Motivos do CPC/39

- 152 -

302. O compendiamiento no direito brasileiro de normas processuais genéricas, gerais ou comuns em repertório principal. 303. Normas processuais codificadas em contextos acessórios distintos, complementares ou modificativos do Código de Processo Civil. 304. Diversificação em face dos interesses do Estado. 305. Entrelaçamento de normas formais e materiais nos executivos fiscais, desapropriações, falências e acidentes no trabalho. 306. Contingências de natureza econômica e administrativa. 307. Erro das *codificações* de leis especiais em repositórios genéricos. 308. Ano de 1939: ressalva da validade de algumas leis especiais. 309. Procedimentos que continuaram em vigor no CPF/73 até serem incorporados em leis especiais (art.1.218). 310. Desnaturação do CPC/73 por medidas provisórias e emendas constitucionais. 311. Arts. 999/1.000 do Novo Código - PL 8046/2010 - e o viés codificador (art. 1.000, § 3º). 312. Exposição de Motivos de Francisco Campos (CPC/39).

CAPÍTULO 30

O caso especial da lei de falências

- 156 -

313. Falência, instituto regulado pelo Decreto-Lei nº 7.661/1945. 314. Exemplo da prevalência sobre elas das normas gerais de processo civil. 315. Quarta fase da história da falência no direito brasileiro. 316. Previsão dos casos de cabimento do agravo de instrumento.

CAPÍTULO 31

Agravo de instrumento no arrendamento de bens na falência

- 158 -

317. Agravo de instrumento no arrendamento de bens na falência. 318. Recurso do CPC que a lei especial utilizou. 319. Não criação pela lei de falências porque já existia. 320. Sua regulamentação e cabimento pelo acréscimo de outros casos. 321. Aplicação subsidiária ou supletiva nas omissões da lei de quebras. 322. Recurso adequado. 323. Decisões judiciais sobre o agravo de instrumento do CPC na falência. 324. Supletividade da lei processual ordinária genérica autorizada na LICC, art. 4º. 325. Aplicação das normas processuais de *sobredireito*. 326. CPC/39, arts. 1º e 1049; CPC/73, art. 126; PL 8046/2010, art. 119.

Capítulo 31 (i)

- 158 -

327. Uso da *reclamação* em lugar do recurso de agravo do CPC/39, art. 842-XVII. 328. Exame do cabimento da *re-*

clamação na Tese. 329. Questionamento do seu uso pela *fungibilidade das interposições* (CPC/39, art. 810). 330. *Teoria da indiferença* ou do *tanto vale*. 331. Problemática definida no PL 8046/2010. 332. Norma de sobredireito: Art. 963, Parágrafo Único. 333. Da sentença apelável e as questões resolvidas na fase cognitiva: “se da decisão a respeito não comportar agravo de instrumento e sua cobertura pela preclusão.”

CAPÍTULO 32

Uso indevido de normas de organização judiciária e regimentais - 162 -

334. Hipótese que figura na Tese: arrendamento de imóvel pertencente à empresa industrial falida autorizado por decisão do juízo da quebra (CPC/39, art. 842-XVII). 335. Requerimento do maior credor e adquirente das máquinas da indústria instaladas no imóvel. 336. Uso de *reclamação* pela falida em face da concessão do arrendamento. 337. Alegação de que o direito do falido estaria ao desabrigo do agravo de instrumento do Código de Processo Civil (art. 842-XVII). 338. Recurso que se disse não previsto na lei de falências.

Capítulo 32 (i) - 162 -

339. STF e o acolhimento de *reclamação regimental* utilizada pela falida. 340. Acórdão proferido em recurso extraordinário do arrendante. 341. Decisão por maioria de votos. 342. Voto vencido: permissibilidade no processo de falência de outros recursos que não somente aqueles previstos na lei especial.

Capítulo 32 (ii)

- 164 -

343. Argumentos contrários ao acórdão do STF e es-
posados na Tese (1ª edição, Capítulo V, pp. 47 a 54). 344.
Descumprimento da norma processual genérica (Códi-
go/39, art. 842-XVII). 345. Aplicação subsidiária do agravo
de instrumento na hipótese. 346. Forma espúria de recur-
so ou sucedâneo criado por norma local de órgão censor.
347. Violação do princípio da competência privativa da
União para legislar sobre lei federal unitária de processo.
348. Caso equiparado à aplicação de resoluções regimentais
do CNJ como se fosse órgão legiferante em concorrência
com a União Federal. 349. Julgamento da ADI 4.638. 350.
Aplicação de norma *regimental* como norma processual em
matéria de recurso.

Capítulo 32 (iii)

- 174 -

351. Orientação quase secular do STF citada no pla-
no da Tese. 352. RE nº 47.580/RJ, julgado em 1961. 353.
Em 2013, na AP 470, voto do Ministro Celso de Mello
nos embargos infringentes: art. 333/RI/STF. 354. Ausên-
cia de ortodoxia do STF em sucessivas decisões envolven-
do matéria constitucional. 355. Taxatividade recursal. 356.
Indelegabilidade de competência sem autorização consti-
tucional expressa. 357. Pretensa ultratividade de norma re-
gimental sem eficácia. 358. Hipótese de “arbítrio tolerado.”
359. A LICC (art. 2º, § 1º) e os conflitos intertextuais. 360.
Critério da supressão total de norma anterior em face da
lei nova.

CAPÍTULO 33

Reclamações e emendas regimentais

- 180 -

361. As leis de organização judiciária e o processo civil. 362. Leis administrativas, normas regulamentadoras. 363. Limites à transcrição de textos legais em Regimentos Internos. 364. Disposições regimentais e sua vigência fora dos tribunais.

Capítulo 33 (i)

- 182 -

365. *Reclamações e correições* criadas pelas legislações estaduais. 366. Suprimento nos juízos monocráticos de primeiro grau. 367. Irrecorribilidade das interlocutórias. 368. Coima de inconstitucionalidade e ilegitimidade no reexame de genuínos pronunciamentos jurisdicionais.

Capítulo 33 (ii)

- 183 -

369. Discussão do *thema decidendum* nas *reclamações*. 370. Ausência de exame prejudicial de sua natureza. 371. Figuras intrusas criadas e o propósito de controle da justiça. 372. Garantia do prestígio da lei federal em matéria de recursos. 373. Desdobramentos em temas incidentes e esporádicos. 374. Fragmentação da lei processual. 375. Despachos judiciais irrecorríveis nos Estados. 376. *Reclamações* no Distrito Federal. 377. Exceções não visadas nos arts. 17 e 18, g, da Constituição de 1937.

Capítulo 33 (iii)

- 184 -

378. *Princípio da simetria processual* aplicado em 1937. 379. Poder legislativo dos Estados. 380. Ausência de lei federal. 381. Suprimento de deficiências ou atendimento a peculiaridades locais. 382. Lei federal e sua utilização. 383. Regulamentação local. 384. Processo judicial ou extrajudicial. 385. A Constituição e a *unidade* do Direito Processual. 386. Suprimento da lei unitária por leis locais. 387. Repertórios de decisões dos órgãos censores. 388. Funcionamento como “tribunais de recursos.” 389. Casos de despachos interlocutórios e as reclamações.

Capítulo 33 (iv)

- 185 -

390. Interponibilidade dos recursos em sentido estrito. 391. *Princípio da lesividade* e a coisa julgada formal. 392. Finalidade dos recursos e sua frustração. 393. Uso de outros meios de impugnação. 394. Aceitação pelas instâncias judiciais. 395. Meios impugnativos vinculados à lei que os destinou. 396. Emenda de erros e abusos. 397. Inversão tumultuária dos atos e fórmulas do processo. 398. Recursos cabíveis.

CAPÍTULO 34

Conselho Nacional de Justiça e a guarda da Constituição.

- 187 -

399. CNJ, órgão do Poder Judiciário. 400. Regulamento: LC 35/79 - LOMAN. 401. Atuação: *reclamações e correi-*

ções regimentais. 402. Conflitos: fiscalização e punição dos juízes. 403. Atuação do STF. 404. CNJ, composição híbrida: membros de outro Poder, deputados e senadores. 405. Promiscuidade e guarda da Constituição.

CAPÍTULO 35

Natureza jurídica-constitucional da *reclamação* na atualidade.

- 189 -

406. *Reclamação*, forma excepcional de recurso. 407. Configuração de terceiro ou quarto grau de jurisdição. 408. Conflitos *intertextuais* entre os arts. 5º, inciso XXXIV, e 202-I letra *l*, da Constituição. 409. Forma inominada de *medida* com carga mandamental. 410. Meio e modo de fazer cumprir as decisões do STF e preservar sua competência. 411. Não é ação, nem recurso. 412. Direito de petição (STF-Pleno, ADIn 2212/CE, 2003). 413. Forma impugnativa das decisões monocráticas que admitem RE pelo critério da *repercussão geral*.

CAPÍTULO 36

Ainda sobre o Conselho Nacional de Justiça – CNJ

- 192 -

414. Conselho Nacional de Justiça, órgão do Poder Judiciário. Uso das *reclamações* e *correções* em suas tarefas administrativas, financeiras e funcionais. 415. Órgão sem jurisdição mas que funciona como *tribunal*. 416. Resolução CNJ nº 135, art. 2º. 417. STF, ADI 4.638: considera-se tribunal, para os efeitos da resolução, o CNJ, o tribunal pleno ou seu órgão especial. 418. Situações advindas do absolutismo reinícola. 419. As ditaduras e a inoculação dos vícios constitucionais.

420. Causas eutanásicas de ineficiência e morte das constituições e das leis.

CAPÍTULO 37

CNJ - sua constitucionalidade *latu sensu*.

- 196 -

421. Reclamações e correições sob o direito anterior. 422. Medidas corretivas atribuídas ao CNJ pelo STF. 423. O CNJ e a Resolução 135/10. 424. Uniformização de regras e procedimentos administrativos. 425. Conflitos dirimidos mediante critérios interpretativos (ADI 4.638). 426. CNJ e as reclamações contra membros do Poder Judiciário. 427. CNJ e sua competência legislativa em concorrência com a União. 428. Subtração pelo CNJ da primazia dos tribunais na análise da conduta dos magistrados a eles subordinados.

CAPÍTULO 38

CNJ - ideia de competência e a migração do poder

- 198 -

429. CNJ: balizamento vertical em igualdade de força ou poder. 430. Decisão do STF na ADI 4.638/DF. 431. Interpretação de texto constitucional. 432. Delegação do poder disciplinar e correicional (CF, art. 103-B, § 4º, III). 433. Reserva de competência disciplinar e correicional dos tribunais. 434. Resolução Regimental CNJ 135: questionamento.

Capítulo 38 (i)

- 198 -

435. CNJ: competência concorrente, paralela, cumulativa, equipolente. 436. CNJ: criado por delegação de outro

Poder da República. 437. O pacto federativo. 438. CNJ - sua polêmica criação. 439. Cânones da ciência do direito e o texto constitucional emendado. 440. Autogoverno dos tribunais e supressão de sua independência. 441. Conflitos entre normas que zelam pela autonomia do Poder Judiciário e normas de supressão da sua independência.

CAPÍTULO 39

Quebra do princípio da cidadania

- 200 -

442. Investigações sobre evolução patrimonial de juízes e movimentação de verbas acima da média de suas contas. 443. Quebra de sigilo por decisões pessoais de Corregedores do CNJ sem ordem judicial. 444. Compartilhamento de dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e Banco Central do Brasil (BACEN) diretamente com a Corregedoria do CNJ. 445. Devido processo legal: priorização.

Capítulo 39 (i)

- 201 -

446. Investigações interrompidas. 447. Mandado de Segurança nº 31.085; Ministros Luiz Fux e Ricardo Lewandowski. 448. Decisões judiciais permissivas de violências. 449. Ocorrências generalizadas. 450. Inclusão pela *Serrasa Experian* de dívidas atrasadas. 451. Cadastros de informações financeiras sem documentação dos débitos em atraso. 452. Ausência de notificação dos acusados. 453. Providência de suspensão pelo TSE de convênio que permite à Corte compartilhar informações. 454. Cadastro sob a responsabilidade da Corregedoria-Geral. 455. Transparência em benefício da cidadania.

CAPÍTULO 40

STF, cabo da âncora do sistema.

- 208 -

456. STF, colisão com os princípios. 457. EC 45/04 e suas alterações. 458. O STF e a lei complementar prevista no art. 93 da Constituição/88. 459. Substituição do Estatuto da Magistratura Nacional pela LC 35/79. 460. Criação de CNJ pelo Legislativo (CF art. 92-I-A/EC 45/04). 461. STF e a oportunidade de atuar como legislador positivo. 462. Mandados de injunção e normas constitucionais sem eficácia plena (CF art. 102-I, *q*). 463. Derrame de medidas provisórias. 464. Matérias que sobrepujam e bloqueiam o Poder Legislativo.

Capítulo 40 (i)

- 210 -

465. Direito processual civil e organização do Poder Judiciário. 466. Carreira e garantias dos membros do PJ (CF art. 62, inciso I, letras *b* e *c*). 467. Transigência com a perda da autonomia financeira desse Poder, independência, autogoverno e controle (CF, art. 99). 468. Dispêndio dos recursos públicos e sua fiscalização pelo Tribunal de Contas. 469. Prevenção e repressão de abusos. 470. O Judiciário e o custeio dos seus serviços. 471. Contabilidade, fiscalização e arrecadação das custas e emolumentos. 472. Garantia da finalidade de seu emprego (CF, art. 24-IV).

CAPÍTULO 41

Poder Executivo imperial, não republicano.

- 213 -

473. Ministro César Peluso e o descumprimento da Constituição em matéria orçamentária de interesse do Judiciário. 474. Falta de independência do Congresso. 475. Transigência do STF com tentativas contrárias à integridade do Estado de Direito e seu enfraquecimento. 476. Ditaduras contrárias à independência da magistratura. 477. Espécies que não se caracterizam como ditaduras embora intrinsecamente desfavoráveis à democracia.

CAPÍTULO 42

Julgamento da ADI 4.638/DF e a dessacralização da toga.

- 216 -

478. CNJ, poderes para investigar magistrados. 479. Iniciativa das corregedorias locais e dos tribunais de origem. 480. CNJ, Resolução regimental nº 135/2011 e regras para instituir procedimentos disciplinares, criar deveres e sanções administrativas e alterar normas da Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LOMAN. 481. Desrespeito à autonomia dos tribunais e violação da reserva de lei complementar. 482. Normas sem conteúdo e polaridade da lei.

CAPÍTULO 43

CNJ - Resolução Regimental nº 170/2013

- 220 -

483. Resolução Regimental nº 170 do CNJ. 484. Norma de intervenção nas atividades culturais de juízes e tribu-

nais introduzidas pelo Conselho da Justiça Federal – CJF: seminários, encontros, simpósios, congressos. 485. Natureza repressiva.

Capítulo 43 (i)

- 221 -

486. Análise do poder legiferante do CNJ e a Resolução 170, a partir da ementa e dos artigos. 487. Decisão do Ministro Celso de Mello sobre o “núcleo irredutível” dessas atribuições.

Capítulo 43 (ii)

- 222 -

488. Aplicação da Resolução 170 a juízes e tribunais abaixo do STF. 489. Resolução do Ministro Presidente do Conselho Nacional de Justiça no uso das atribuições de juiz legislador.

Capítulo 43 (iii)

- 222 -

490. Medida pretendidamente destinada a preservar deveres de probidade, moralidade e impessoalidade dos magistrados no desempenho do ofício de julgar. 491. Contradição em termos.

Capítulo 43 (iv)

- 224 -

492. Censura prévia incompatível com a troca de conhecimentos jurídicos nos estudos coletivos de aprimoramento.

ramento da classe. 493. Teorias da Justiça de John Rawls: abrangentes e não abrangentes.

Capítulo 43 (v)

- 224 -

494. Barreira intransponível dos motivos da Resolução 170, diluída em conceitos indeterminados não evidentes à luz dos casos concretos. 495. Elementos vinculados ao "princípio da exigibilidade."

Capítulo 43 (vi)

- 225 -

496. Comando restritivo da participação de magistrados por classes: discriminação. 497. Eventos especiais: custeados por entidades privadas com fins lucrativos e/ou com recursos das associações.

Capítulo 43 (vii)

- 225 -

498. Proibição do recebimento, a qualquer título ou pretexto, de prêmios, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas. 499. Ressalva das exceções previstas em lei.

CAPÍTULO 44

Incitamento da mídia e da opinião pública.

- 227 -

500. Faxina ética generalizada. 501. Pretendida limpeza totalitária em processo de esvaziamento da Justiça. 502.

O STF e a opinião pública. 503. Julgamento da Ação Penal 407 e o esperado soerguimento da Corte. 504. STF, cúpula do Judiciário e seu atual sistema republicano de julgar. 505. Decisão de envergadura paradigmática e sua mudança dos meios forenses e sociais. 506. Novos rumos democráticos do país e o *presidencialismo de coalizão*. 507. Previsão de visibilidade e da *accountability* dos governantes.

CAPÍTULO 45

Justiça, revoluções e ditaduras populares.

- 229 -

508. Tendência à limitação do ofício dos juízes. 509. Revolução francesa, queda da “justiça do rei” e proibição do uso do que se passou a chamar *jargão jurídico*. 510. Invenção de novo vocabulário jurídico e proibição das Faculdades de Direito. 511. Direito ao voluntarismo populista e à linguagem das ruas. 512. Napoleão: criação da “atividade judicial”, como função do Estado, sob o domínio do Executivo. 513. Juízes, empregados públicos. 514. Conselho Superior da Magistratura: órgão de controle externo dos juízes. 515. Composição: magistrados e operadores do Direito vinculados à classe política.

CAPÍTULO 46

CNJ e a tendência *neopresidencialista* de governo.

- 231 -

516. Conselhos de Justiça e a hipertrofia dos controles do Judiciário. 517. Getúlio Vargas: extinção da Justiça Federal e criação do “estado novo”, modelo salazarista. 518. Enfraquecimento do Poder Judiciário e controle dos seus

membros. 519. Nomeações para o STF. 520. Legislação por decretos-leis do regime fascista. 521. Atos Institucionais do governo militar utilizados até a Constituição de 1988. 522. Substituição dos decretos-leis por medidas provisórias. 523. Falta de controle e ultrapassagem dos limites constitucionais. 524. Investidas do poder central e dos grupos de pressão. 525. Crimes de corrupção.

Capítulo 46 (i)

- 233 -

526. Conflitos, tema tratado na Tese e de renovação constante. 527. Órgãos censórios dos tribunais e o CNJ. 528. Julgamento das *reclamações e correções*, sob a forma de providências administrativas disciplinares. 529. Espécies espúrias de volta ao regime da pluralidade jurídica, abolido pelas Constituições de 1934, 1937 e 1946. 530. Medidas previstas nos arts. 102-I, *l*, e 105-I, *f*, da CF/88. 531. Preservação das competências do STF e do STJ e garantia da autoridade de suas decisões. 532. Extensão dessa competência aos Estados por decisão do STF. 533. Fundamento no *princípio da simetria processual*. 534. Os Estados e a legislação sobre matéria processual, se não houver lei adequada.

CAPÍTULO 47

CNJ e o subterfúgio da *liberdade vigiada*.

- 235 -

535. Cerceamento da liberdade como forma de “penalidade.” 536. AI-5/1968, art. 5º, inciso IV, letra *a*. 537. Reprodução da forma de punir sob o pretexto de proteger ou zelar pelo comportamento de alguém. 538. A *Panopticon* do século

XVIII. 539. Centro penitenciário em que se permitia, a um vigilante, observar todos os prisioneiros sem que soubessem se estavam sendo observados. 540. Art. 103-B, § 4º, I, da EC 45/04, atrelado à LOMAN, “o assento de réu dos juízes.” 541. CNJ/STF - ADIn 3.367/DF. 542. “Não se pode confundir autonomia e independência do Judiciário com seu isolamento social, nem como se a Corte devesse ser um tribunal do povo.”

Capítulo 47 (i)

- 237 -

543. Conselhos que “buscavam a independência do Judiciário” na França e na Itália. 544. Autonomia vinculada à estrutura do Executivo. 545. Comissões de Justiça encarregadas de assessorar o Executivo na administração dos serviços judiciais. 546. Instituição na França do Conselho Superior da Magistratura, órgão autônomo que cuidava do comportamento dos juízes. 547. Conselho sob a direção do Presidente da República e do Vice-Presidente, Ministro da Justiça. 548. Controle difundido na antiga Europa latina. 549. Conselhos nórdicos: independência do Judiciário e plenitude do seu autogoverno.

Capítulo 47 (ii)

- 238 -

550. Atuação dos Conselhos na América Latina. 551. Argentina, Bolívia, Equador, Venezuela. 552. Países à sombra do autoritarismo. 553. Sequência de crises institucionais com retrocesso desde 1992, duas décadas depois da guerra-fria. 554. Censura de imprensa, controle das pesquisas e do livre pensamento nas universidades. 555. Contrapesos institucionais. 556. Inibição da oposição em prol de rota continuísta.

557. Votos que definem o sofrimento das democracias. 558. Ressalvas: Chile, Colômbia, México e a volta do Peru à legalidade. 559. Laboratório de Estudos da América Latina sem referência ao Brasil.

CAPÍTULO 48

A Ação Penal 470 e o presidencialismo de coalizão.

- 242 -

560. Tribunais que não acatam atos do Legislativo e do Executivo. 561. Tribunais que praticam a autocontenção. 562. *Judicial control* em casos e controvérsias e a atualização do sistema. 563. Mudança das instituições brasileiras e dos rumos do regime democrático. 564. Eufemismo do chamado *presidencialismo de coalizão* e as instituições em perigo. 565. Fortalecimento do Poder Judiciário e a incolumidade de sua posição durante as manifestações populares. 566. Confiança da sociedade e a superveniência dos embargos infrigentes.

CAPÍTULO 49

Accountability dos governantes

- 248 -

567. Via democrática e prestação de contas de políticos e administradores. 568. Uso do poder e dos recursos públicos. 569. O titular da coisa pública. 570. Gestores políticos, depositários e mordomos. 571. Meios de evitar abusos: informação, justificação e punição. 572. Início do sistema com a chamada "Lei Kandir." 573. O "pacote de abril" moderno e a cobrança do povo nas ruas. 574. Crescimento do STF e sua visibilidade. 575. Créditos do julgamento da AP 470.

Capítulo 49 (i)

- 248 -

576. Efeitos jurídicos e políticos dos julgamentos. 577. AP 470, julgamento e a politização do Judiciário. 578. Proeminência em face do legislador juridicamente limitado. 579. Movimentação do Judiciário como verdadeiro departamento do Poder. 580. *Desneutralização* de Corte retraída nas respostas a muitas indagações legais. 581. Influência do atraso positivista e formalista. 582. Influência do modelo criado por Marshall nos Estados Unidos. 583. Legitimação democrática do *judicial review* na jurisdição constitucional. 584. Inviáveis tentativas de impor limites à atuação do Judiciário como guarda da Constituição.

CAPÍTULO 50

STF – Corte penal *eficientista*

- 251 -

585. Sistema processual penal de livre convicção decisória. 586. Posicionamento *eficientista* como modelo democrático. 587. Liberdade de análise das provas, pelos juízes, fora do velho sistema inquisitivo e sem a hierarquia estipulada pelo legislador. 588. Precedente valioso e de maior rigor repressivo em lugar do sistema *garantista*. 589. Conquista civilizatória do Direito Penal moderno. 590. Duração das penas e a suposta heterodoxia da interpretação das leis na continuidade delitiva. 591. Reflexão sobre o sistema processual brasileiro, anacrônico e ritualista.

CAPÍTULO 51

Julgamento da AP 470: opiniões

- 252 -

592. Conceito de autoria se extensiva ou restrita . 593. Controle absoluto sobre o executor. 594. Insuficiência da posição de superioridade ou representatividade institucional. 595. O realizador da obra e a vontade que controla o executor. 596. Condições exigidas do tipo. 597. Mero “dever de saber” e a responsabilidade do mandante. 598. Provas da existência do controle da atuação criminosa: bando ou quadrilha. 599. Abuso de subalterno por aquele que possui o domínio do fato.

Capítulo 51 (i)

- 253 -

600. Os julgamentos do positivismo formalista. 601. Recheio de garantias explícitas e detalhistas. 602. Pretensão de abrangências casuístas em situações sintéticas e de formulações vagas. 603. Sublimação dessas deficiências pelo STF. 604. Julgamento do chamado *mensalão*. 605. Patologia estrutural do sistema. 606. Esquema de corrupção e desvio dos dinheiros públicos. 607. Supressão da independência do Congresso. 608. Envolvimento da Casa Civil da Presidência da República. 609. Regime político e agentes públicos. 610. Revisão pela Corte de sua posição sobre a análise das provas. 611. Criminalização da *corrupção* e a criação de práticas processuais com abrangência de outros tipos penais.

CAPÍTULO 52

Aplicação da Teoria do Domínio do Fato ao crime de *corrupção* - 256 -

612. A *corrupção* como crime comum. 613. Decorrencia das “formas de pressão.” 614. Tipo privilegiado em que há transigência do dever funcional (CP art. 317, §§ 1º e 2º). 615. Crime praticado de cima para baixo por funcionário público em face de funcionário público subalterno. 616. Iniciativa tomada intencionalmente pelo corruptor. 617. Concurso com o peculato e outros crimes. 618. Ocorrência, em geral, na sociedade e no governo que cedem. 619. Ocorrência onde é mais baixo o nível de moralidade. 620. Intervenção generalizada do Estado na ordem econômica e na ampliação de seus órgãos, serviços e funções. 621. Ambiente mais propício à sua onímoda e perniciosa expansão.

Capítulo 52 (i) - 257 -

622. *Corrupção*, sua importância assumida pelos “grupos de pressão.” 623. Instrumentos de influência junto ao Congresso e à própria administração pública. 624. Motivos que impelem agentes ativos a arrancar do Estado leis, atos ou contratos. 625. Favorecimento de interesses egoísticos e antissociais. 626. Multiplicidade de aspectos da corrupção política e administrativa. 627. Limites que separam o *lobby* da *corrupção*. 628. Falsos lobistas e a necessidade de maior transparência das práticas vinculadas a escândalos políticos. 629. Diferença conceitual entre *lobby* e *corrupção*, em que esta assume a ideia de “rotura das

estruturas e dos fundamentos.” 630. Degeneração do ente político governante.

CAPÍTULO 53

AP 470 - repercussões jurídicas do julgamento e a problemática dos recursos

- 258 -

631. Mensalão, *the big monthly stipend*. 632. O mais extenso e midiático julgamento ocorrido desde a Constituição de 1988. 633. Delito de “gestão fraudulenta” e delito de “gestão temerária” (Lei nº 7.494/86, art. 4º, parágrafo único). 634. Distinção entre os dois tipos. 635. Influência nos tribunais e juízos penais brasileiros. 636. Críticas da doutrina especializada a essa lei. 637. Norma imperfeitamente redigida e defeituosamente concebida. 638. Combinação dos mais variados métodos para o enquadramento dos crimes. 639. Tipos penais abertos, de mera conduta e perigo abstrato, penas em branco e responsabilização objetiva.

Capítulo 53 (i)

- 259 -

640. Atuação do STF: análise das dimensões políticas, econômicas, fiscais e institucionais no federalismo brasileiro. 641. Obrigatoriedade do Judiciário de decidir questões que deixam de ser normatizadas pelo Poder Legislativo. 642. Delegação da soberania nacional. 643. Função jurisdicional. 644. Função pública estatal exercida por agentes políticos constitucionalmente competentes. 645. O direito em concreto nas situações litigiosas em geral e em abstrato. 646. Apreciação da legalidade de atos jurídicos administrativos.

647. Conduta dos réus no mensalão. 648. “Nem gestão temerária, nem gestão fraudulenta mas tenebrosa pelos riscos que possa acarretar.”

CAPÍTULO 54

Normas antirrepublicanas e *democracia delegativa* **- 261 -**

649. Normas que rebaixam a boa política aos desvãos da má política, dos interesses particulares no aparato administrativo. 650. Nova espécie nas *democracias* existentes. 651. Carência de instituições eficazes e autônomas. 652. Candidatos que prometem salvar o país sem altos custos. 653. “Onipotência e impotência” governamentais. 654. Promulgação dos *pacotes* de políticas e a avalanche de decisões e normas. 655. O *decretismo* brasileiro.

Capítulo 54 (i) **- 261 -**

656. Constituição de 1988. 657. Fim do ciclo do autoritarismo e criação do conjunto das regras de adequação do país ao regime democrático. 658. O STF e a lei complementar de sua iniciativa. 659. Criação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. 660. Sua gestação em 2004. 661. LOMAN, lei de viés autoritário. 662. Antiga forma de punir e a justificativa de zelar pela autonomia do Poder Judiciário. 663. Anteriores tentativas de criação do CNJ e seu repúdio na Constituinte. 664. Risco de desvirtuamento dos princípios favoráveis ao autodomínio do Judiciário. 665. Sua autonomia administrativa e financeira. 666. Implementação das regras de fiscalização do Poder Judiciário, advindas em 2004. 667.

Legislativo ideologicamente permeado. 668. O julgamento da ADI 4.638 em 2012.

CAPÍTULO 55

Presidencialismo de coalizão

- 264 -

669. O texto constitucional de 1988 e a Nova República. 670. O embate do governo com as bases aliadas. 671. Inoperância e ineficiência. 672. Ingerência do Judiciário em situações limítrofes e inviáveis. 673. Casos deixados para trás. 674. Atuação do STF no julgamento do *mensalão*. 675. Clima de revolta e retaliações políticas. 676. PECs de ataques às cláusulas pétreas constitucionais. 677. Inibição do pluralismo partidário, da fusão de agremiações já existentes e da troca de legendas. 678. Questões judicializadas e o *periculum in mora* eleitoral.

Capítulo 55 (i)

- 267 -

679. Ataques frustrados ao Supremo Tribunal Federal. 680. Transferência implícita de poder entre o Executivo e o Legislativo. 681. Luta pelo controle pretendido impor à Corte desde 1968. 682. Conselho Judicial pretendido criar em 1992. 683. Projeto de EC 96/92 de controle externo e de origem política. 684. Projeto de reforma do Poder Judiciário. 685. Treze anos de tramitação. 686. Pretendida ampliação das hipóteses de *impeachment* além do âmbito político. 687. Criação de *ouvidorias* a serviço do povo. 688. Tendência dos outros departamentos do Poder. 689. Força na espada e no tesouro. 690. Críticas e propostas legislativas em face do Judiciário. 691. Produção legislativa em cenário antipolítico e anárquico. 692.

Acirramento de retaliações depois do julgamento da AP 470. 693. Alegado “resgate do valor da cidadania.” 694. Ameaça da “postura ativista e usurpadora do STF.” 695. PEC 33/2011.

CAPÍTULO 56

Análise das propostas de Emendas Constitucionais.

PEC 33/2011

- 270 -

696. Retrocesso institucional. 697. Precedentes da Carta de 1937. 698. Poder Legislativo como fiador da democracia brasileira. 699. Instância revisora do Poder Judiciário. 700. Sistema do *judicial control*: opção do legislador constituinte originário. 701. Ameaça de perda da atuação da Corte como guarda da Constituição. 702. “Guardas de fronteiras” e a invasão do território normativo da União. 703. Controle de competências entre os diferentes níveis do poder. 704. O Poder Judiciário e as técnicas operacionais básicas do federalismo. 705. STF: julgamentos por conveniência, interesse e oportunidade das causas de questionável conteúdo social, político ou econômico. 706. STF: perspectivas de transformação da Corte em instância única no cenário das amplas questões. 707. Superveniência do julgamento da AP 470. 708. Alteração da composição da Corte e a pacificação da controvérsia em torno da cassação dos parlamentares condenados.

CAPÍTULO 57

PEC 37/2011 e repercussão geral

- 274 -

709. PEC 37/2011 e a repercussão geral. 710 Competência investigatória do Ministério Público. 711. Acrés-

cimo do § 10 ao art. 144 da Constituição. 712. Apuração das infrações penais que incumbe às polícias federal e civil dos Estados e do Distrito Federal. 713. Não inclusão do Ministério Público, nem exclusão. 714. Obrigação do STF de decidir. 715. Dimensões políticas, fiscais e institucionais do federalismo brasileiro. 716. Questões não normatizadas pelo Poder Legislativo. 717. Proposta de emenda aos processos sobre o mesmo assunto, já em curso no STF. 718. Recursos extraordinários repetitivos. 719. Matéria controvertida. 720. Ministério Público: divergências sobre sua competência investigatória. 721. Crescente número de casos em julgamento. 722. Repercussão geral. 723. Relevância das teses. 724. Processos sobrestados aguardando uniformização. 725. Sumulação vinculante.

CAPÍTULO 58

Projeto de Lei nº 4.470/2012

- 277 -

726. Aprovação de urgência pela Câmara dos Deputados. 727. Pretensões eleitorais. 728. Uso do mandado de segurança para suspender reforma legislativa em andamento. 729. Violação de direitos das minorias políticas. 730. Cláusula pétrea (CF, art. 17). 731. Decisão provisória favorável aos impetrantes, não referendada pelo STF.

CAPÍTULO 59

Excesso fiscalizatório do Judiciário: *sodomy laws*.

- 279 -

732. STF: não implementação de cláusula temporal limitativa de eficácia da LOMAN (EC 45/04, art. 5º § 2º).

733. STF: improcedência da ADI 4.638/DF e a Resolução Regimental nº 135, art. 12, do CNJ. 734. STF: ampliação da competência do órgão censor e dispensa da motivação decisória de seus atos. 735. *Sodomy laws* e o devido processo legal. 736. Emenda Regimental nº 1/2010, art. 106, do CNJ. 737. O CNJ e “as decisões judiciais que contrariarem [suas] decisões”.

CAPÍTULO 60

Rigor voltado para a primeira instância

- 281 -

738. Tendência persecutória de órgãos autoritários. 739. Sistema de metas e “controle de produção” dos juízes. 740. Ausência do “controle de qualidade” (*quality management system*). 741. Permanência dos juízes nas comarcas. 742. Estruturas e condições de trabalho. 743. Audiências diárias e o incremento das pautas. 744. *Mutirões*. 745. Vulnerabilidade dos juízes e as sanções. 746. Falta de Centros Judiciários de Conflitos e Cidadania. 747. Iniciativa de tribunais locais. 748. Atendimento de 97% em mutirões de conciliação. 749. Acordos e julgamentos. 750. Atuação do CNJ e o *apartheid* judiciário.

Capítulo 60 (i)

- 282 -

751. Demais órgãos fiscalizadores. 752. Teto remuneratório. 753. Resolução CNJ nº 13 de 2006. 754. O autocontrole interno dos tribunais. 755. TCU - controle externo. 756. Receita Federal: descontos na fonte e ajustes anuais. 757. Conselho da Justiça Federal – CJF: administração financeira, controle interno e planejamento. 758. Participação integrada dos Tribunais Regionais Federais e Seções Judiciárias.

Capítulo 60 (ii)

- 285 -

759. Senado Federal. 760. Aprovação e escolha prévias de ministros do STF e dos Tribunais Superiores. 761. CNJ: consultas a repartições fazendárias pela Corregedoria, sem autorização judicial. 762. Escutas telefônicas de Ministros do STF. 763. "Assassinato de reputações: um crime de Estado." 764. Resolução do Tribunal Superior Eleitoral e o compartilhamento de informações com Serasa sobre cadastro eleitoral. 765. Responsabilidade da Procuradoria da República.

CAPÍTULO 61

Os temas da Tese: conclusões

- 289 -

766. Unitariedade das leis de processo civil no território nacional. 767. Código de Processo Civil e Comercial de 1939. 768. Leis especiais federais remanescentes. 769. Normas federais e as leis de organização judiciária. 770. Normas regimentais. 771. Quebra do princípio unitário processual. 772. Subversão do que se resolveu denominar "lei da prevalência do sistema". 773. Sistematização do enunciado dos conceitos preliminares. 774. Exposição epistemológica da matéria.

Capítulo 61 (i)

- 290 -

775. Conflitos intercontextuais e sua dicotomia. 776. Conflitos *maiores* e *menores* e os critérios solutórios. 777. Fatores que podem ocorrer em relação às normas jurídicas

em oposição. 778. Conflitos aparentes ou verdadeiros. 779. Ocorrência de real oposição entre textos de dois ou mais contextos diferentes. 780. Normas conflitantes em vigor. 781. Problemas de direito temporal. 782. Normas válidas conflitantes. 783. Problema da simples legitimidade do texto. 784. Hipótese de extrapolação ou incompetência. 785. Tábua de hierarquia e privatividade, de supletividade ou suplementariedade, de acordo com a Constituição Federal. 786. Ineficácia por defeito formal ou por desrespeito ao elenco dos direitos e garantias individuais.

Capítulo 61 (ii)

- 294 -

787. Direito Processual Civil: o que menos opera pelos princípios científicos. 788. Direito que se alimenta e se inspira em princípios e só opera ou impera através da norma escrita ao contrário dos outros ramos do Direito. 789. Direito Penal substantivo que opera também por coerção ética ou por exortação. 790. Frederico Marques e a índole pública do processo. 791. Intervenção de sujeitos privados no exercício de direitos subjetivos.

Capítulo 61 (iii)

- 295 -

792. Direito público subjetivo meramente processual atribuído às partes (ação, exceção, recurso). 793. As partes e seu direito subjetivo privado que, em regra, se torna efetivo através do processo. 794. Risco da generalização afirmativa dos direitos individuais em jogo no processo. 795. Prevalência da índole pública e os direitos públicos subjetivos. 796. Direitos *sub judice* do cidadão que se inscrevem no elenco das

garantias individuais. 797. Conteúdo da ação: *jus persecuendi in judicio*. 798. Direito público subjetivo. 799. Vindicação de um direito privado em casos levados à jurisdição estatal através do procedimento público.

Capítulo 61 (iv)

- 296 -

800. Princípios de direito processual que inspiram as normas codificadas. 801. Princípios de ordem pública por entenderem com a proteção dos direitos formais e com os termos em que estes se projetam nas normas codificadas. 802. Princípios que se tornaram em lei escrita e são, em regra, *jus cogens*. 803. Normas processuais ao mesmo tempo coagentes e cogentes. 804. Seu caráter obrigatório à exceção das normas processuais de natureza dispositiva, que não coagem nem restringem a vontade dos particulares. 805. Exceções às regras que não contenham ínsitas uma razão de ordem pública, tornando-se dispositivas pela vontade das partes. 806. Normas que permitam a suspensão da instância, a terminação do feito pela transação, conciliação e arbitragem. 807. Exemplos de normatividade pela vontade das partes.

Capítulo 61 (v)

- 296 -

808. O direito ciência que se torna em lei. 809. Indispensabilidade de sua edição pelo Estado. 810. Lei em sentido filosófico: relação constante e necessária entre fenômenos, como em ciência econômica a lei da oferta e da procura. 811. Lei que se torna mandamento em cada um dos seus textos ou no conjunto de suas prescrições. 812. Lei em sentido amplo: regra, norma, ordenança ou ordenação. 813. Acepção de or-

denamento como estatuto, regulamento, regimento, rescrito, édito, nomo ou cânon. 814. Por metonímia e por extensão, o conjunto de normas ou de leis.

Capítulo 61 (vi)

- 297 -

815. Leis fora das exceções. 816. Leis explicitamente editadas como especiais vigentes em concomitância com a lei geral. 817. Leis que não revogam nem modificam os princípios genéricos da lei, que persistem e subsistem com ela. 818. Leis especiais que devem conviver pacificamente com a lei geral sem revogá-la. 819. Derrogação apenas *ad hoc*, assim chamadas extravagantes, pois extravagam no conceito lexicográfico do verbo, e saem da ordem geral e da coleção sem contudo destruí-la.

Capítulo 61 (vii)

- 297 -

820. Leis especiais de processo, como leis extravagantes, que cuidam sempre de situações singulares. 821. Leis complementares do Código que sanam omissões ou preenchem espaços em branco. 822. Leis modificativas do Código para atender a situações especiais com disciplina também especial ou peculiar. 823. Situações singulares fora das omissões ou dos espaços em branco preenchidos. 824. Normas especiais editadas para outras situações. 825. Disciplina geral do Código e sua sistemática a incidir sobre os processos especiais com o vigor e a mesma generalidade.

Capítulo 61 (viii)

- 298 -

826. Parte final do capítulo sobre leis especiais. 827. Aposição do elenco principal das leis especiais anteriores ao Código de Processo Civil por este não revogadas, bem como das posteriores ao mesmo Código. 828. Contribuição ao exame comparativo da matéria estudada, primordialmente no tocante às leis especiais complementares referidas no art. 1º do repertório legal de 1939. 829. Inocorrência de decisão irrecorrível na esfera processual. 830. Existência do recurso específico de agravo de instrumento.

CAPÍTULO 62

Caráter tumultuário das decisões e as mudanças prescritas

- 301 -

831. Ruy Barbosa e “a jurisprudência que degenerou em aglomerado caótico de antagonismos irreduzíveis”. 832. Falta de autoridade legislativa comum que os eliminasse. 833. Ausência de uniformidade não decorrente da pluralidade legislativa já abolida. 834. Defeitos do entendimento humano nas decisões colegiadas. 835. Maiorias ocasionais, influências de circunstância ou falta de exame detido dos casos, pelo acúmulo de processos.

Capítulo 62 (i)

- 302 -

836. Desenvolvimento de apontamentos legislativos. 837. Uniformização e racionalização dos julgamentos. 838.

Vinculação de decisões precedentes a impedir decisões distintas nos juízos inferiores. 839. Maior celeridade dos julgamentos. 840. Repercussão geral: Lei 11.418/06; súmula vinculante, Lei 11.417/06; procedimentos eletrônicos, Lei 11.419/06; recursos repetitivos, Lei 11.672/08; súmula impeditiva de recurso, Lei 11.272/06. 841. Reforma do Judiciário na linha de expansão da autoridade jurídica da jurisprudência.

CAPÍTULO 63

Mudanças progressivas.

- 303 -

842. Mudanças progressivas já demonstradas na 2ª parte desta obra. 843. O CNJ e o risco dos projetos de aumento da produção decisória. 844. Prejuízo da qualidade. 845. Imposição de metas e mutirões impeditivos da jurisprudência fiel. 846. Necessidade de novos apontamentos legislativos. Uniformização e racionalização dos julgamentos e a vinculação aos precedentes. 847. Impedimento de decisões distintas das mesmas questões jurídicas nos juízos inferiores.

Capítulo 63 (i)

- 303 -

848. Repercussão geral. 849. Súmula vinculante. 850. Procedimento eletrônico. 851. Recursos repetitivos. 852. Súmula impeditiva de recurso. 853. Reforma parcial do Poder judiciário. 854. Linha de expansionismo da autoridade judicial e importância da jurisprudência. 855. Previsão constitucional e isonomia das decisões. 856. Morosidade da Justiça: soluções, se não ótimas pelo menos *razoáveis*.

Capítulo 63 (ii)

- 304 -

857. STF e a repercussão geral. 858. Sua disciplina regimental. 859. Cabimento dos recursos extraordinários. 860. Uniformidade das questões constitucionais. 861. Poder de extinguir recursos ou limitar-lhes o cabimento. 862. Relevância da questão federal.

Capítulo 63 (iii)

- 305 -

863. Procedimento eletrônico e a tramitação dos processos. 864. Racionalização com redução das tarefas. 865. Disponibilidade de tempo aos julgadores na dedicação à construção de soluções reflexivas dos litígios. 866. Riscos da baixa dos autos às instâncias de origem e o retorno da burocracia forense.

CAPÍTULO 64

Presença das reclamações

- 307 -

867. Fonte inesgotável de conflitos. 868. Colisão de direitos e instabilidade das decisões do STF. 869. Modelo espúrio de recurso presente na Corte nas súmulas editadas.

CAPÍTULO 65

Ingerência do sistema político. Palavra final.

- 308 -

870. Palavra final: o Poder Judiciário e as investidas do poder central do Estado. 871. Eventos funestos. 872. Saga

da Justiça Federal desde sua gênese até adquirir foros constitucionais no sistema federativo republicano. 873. Datas da ascensão do poder político discricionário.

CAPÍTULO 66

Conselho Nacional de Justiça: poder moderador.

- 315 -

874. CNJ: “poder moderador”. 875. Suspensão de juízes por queixas. 876. Fonte feudal psicologicamente regressiva. 877. Regalismo localizado: finalidades políticas. 878. Transposição de conflitos para o mundo jurídico. 879. Ouvidorias de justiça, *ombudsmans judiciais*. 880. Fiscais da União.

CAPÍTULO 67

Eufemismo das relativizações

- 319 -

881. O eufemismo das relativizações. 882. A coisa julgada em processos executivos contra a União Federal. 883. Julgamentos do STF e a “interpretação principiológica”. 884. “Princípio da solidariedade” e o desconto previdenciário dos aposentados.

CAPÍTULO 68

Centros de Estudos Judiciais

- 321 -

885. Centros de Estudos Judiciais e sistema de formação de juízes. 886. Projetos de intercâmbio para nova estrutura orgânica da Justiça. 887. Pesquisas, diagnoses, análi-

ses, reflexão e aplicações criadoras. 888. Resolução CNJ nº 170/2013 impeditiva dessas atividades.

CAPÍTULO 69

Princípios que suportam a teoria geral do processo

- 324 -

889. Princípios, suportes da teoria geral do processo.
890. Pós-modernidade e perda do fetiche da moldura estática e cogente. 891. Instrumentos de administração da Justiça de que se deve servir o Estado de Direito para exercer sem arbítrio essa prerrogativa.